

HISTÓRIA MILITAR RENOVADA: A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO HISTÓRICO E AS NOVAS ABORDAGENS

RENEWED MILITARY HISTORY: THE IMPORTANCE OF HISTORICAL CONTEXT AND NEW APPROACHES

Dr.^a Renilda Vicenzi¹
Tatiany Moretto²

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar a importância da análise do contexto histórico para a compreensão dos acontecimentos abordados pela “nova história militar”. Para tanto, trazemos como exemplo para estudo de caso a construção da cidadania nos alunos da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina no período de 1889 – 1930 abordando desde a chegada e instalação de uma Marinha brasileira, as primeiras medidas para a manutenção da instituição no que diz respeito ao recrutamento e formação da mão de obra especializada através das primeiras Companhias de Aprendizes, os decretos e regulamentos que organizavam a instituição, a relação e o imaginário da sociedade a cerca do papel da Escola de Aprendizes em relação a infância até a formação do marinheiro cidadão. Entretanto, toda a pesquisa se encontra no contexto histórico de construção da identidade nacional por meio do nacionalismo que se desenvolve naquele período e influencia diretamente a construção da cidadania dos aprendizes.

Palavras chave: Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina; Cidadania; Contexto Histórico; Nacionalismo; Nova história militar;

Abstract: This article aims to present the importance of the historical context analysis to understand the events covered by the "new military history". Therefore, we bring as an example for case study the construction of citizenship in students from the School for Sailors of Santa Catarina in the 1889 period - 1930 approaching from the arrival and installation of a Brazilian Navy, the first steps for the maintenance of the institution with regard to the recruitment and training of skilled labor through the first Companies Apprentices, decrees and regulations which organized the institution, the relationship and the imaginary of society about the role of Apprentice School in relation to childhood to the formation of citizen sailor. However, all there search is in the historical context of construction of national identity through nationalism that develops at that time and directly influences the construction of citizenship of learners.

Keywords: School for Sailors of Santa Catarina; Citizenship; Historical Context; Nationalism; New Military History;

¹Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS); É professora no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó – SC. E-mail: renilda.vicenzi@uffs.edu.br

² Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo – RS (UPF/RS). E-mail: taty.mimi@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A possibilidade de investigação dos mais variados temas promovida pelo movimento da “Nova História” tem feito com que cada nova dimensão, ou campo específico da história leve em consideração fatos e contextos antes despercebidos ou de pouca influência para o processo historiográfico. Neste trabalho em específico, ressaltamos algumas das principais renovações, rupturas e continuidades nos campos da Nova História Militar, como área que atualmente tem desenvolvido pesquisas a partir do uso destas novas fontes e, por consequência, tem revelado que a influência do contexto dos fatos em análise é essencial para a sua compreensão.

As grandes guerras, os estadistas e seus processos eleitorais têm ganhado novas abordagens. As análises culturais, sociais e antropológicas ampliaram as visões sobre acontecimentos já explorados, debatidos e, porque não, ultrapassados. Grande parte dessas ampliações se deve pela renovação na análise das fontes e do mesmo modo, do contexto histórico dessas fontes em estudo. Com o objetivo de contribuir para a discussão, trazemos como possibilidade investigativa as Escolas de Aprendizes Marinheiros, em especial a de Santa Catarina (EAMSC). Esta instituição, assim como as demais espalhadas por todo o litoral brasileiro, surgiram como fontes nas pesquisas de pós-graduação nas últimas décadas por apresentarem respostas para questionamentos da área da educação, saúde e política.

No seu contexto de fundação no Brasil, assim como no processo de seu funcionamento, também estão presentes os contextos de transformação na visão da infância, a urbanização das cidades e a limpeza social, ambas promovidas pelo Estado. Questões que, para proposta deste artigo, não se fazem amplamente presentes pelas longas discussões possíveis destes temas. Porém é importante destacar que este trabalho faz parte de um projeto maior que busca analisar a construção da cidadania nos aprendizes marinheiros nos primeiros anos da República no Brasil (1889-1930), levando em consideração as características de seu aprendizado dentro da instituição com destaque para o contexto histórico de consolidação do novo regime político e de criação de uma identidade e nação brasileiras.

1. A NOVA HISTÓRIA MILITAR: breve análise

Ao problematizar o uso das fontes para análise e compreensão de momentos e contextos relevantes para a historiografia, a Nova História Militar galgou e está entre os novos campos da história, que vem transitando entre fronteiras e conceitos para a produção de novos saberes. Seu desabrochar se deu nos anos 1980 quando se intensificaram os diálogos com a História Social, História Política e a Antropologia.

Quando se denomina de “Nova História Militar” é natural fazer comparações ou ao menos mencionar o que uma “Velha História Militar” costumava apresentar, assim como se observa entre a historiografia historicista e a história-problema da Escola dos Annales. Desse modo, podemos considerar como velha ou tradicional aquela em que se estudavam os grandes oficiais do Exército e da Marinha, o estudo das guerras e estratégias militares, armamentos e revoltas. Contudo, as rupturas e continuidades desse mesmo campo da história continuam em discussão na medida em que novas fontes e abordagem se aproximam.

Segundo Ronaldo Vainfas (2012, p.123) “a história militar nasceu, no Ocidente, no coração da própria história, enquanto crônica testemunhal, além de entrelaçada com a história política”. A guerra e a política ocuparam posição de destaque desde que a história se consolidou como ciência ainda no século XIX, em especial quando se pretendia fazer estudos mais amplos de “história nacional”. Vainfas considera o historiador alemão Carl von Clausewitz (1780-1831) o responsável por incluir a estratégia militar no campo da filosofia política e “lançar a história militar no palco da história por considerar que a guerra exprimia, mais do que qualquer outra ação humana, a função da política como ‘motor da história’” (p.125). Seu modelo de análise serviu para firmar a história militar como um apêndice da história política e foi seguido pela maioria dos historiadores que se dedicavam ao estudo das guerras naquele período.

Nos Oitocentos, os grandes historiadores não foram essencialmente historiadores militares, pois não deram à guerra a atenção de “motor da história” como também não elegeram a história política como ponto central em seus estudos, já que ela apareceu com força somente nos escritos de história nacional e nos compêndios de história geral. Como exemplo, podemos citar as obras de Jules Michelet: História da Revolução Francesa (1848); Leopold Von Ranke: História dos papas (1834-36); e Fustel de Coulanges: A cidade antiga (1864).

No início do século seguinte, o interesse pela pesquisa no campo da história militar diminuiu ainda mais. E, encontra-se aí uma verdadeira contradição, pois no período em que estão presentes duas Guerras Mundiais – 1914 a 1918 e 1939 a 1945 – caracterizadas pelo avanço tecnológico do armamento, inclusive com armas de destruição em massa, percebe-se um distanciamento entre a produção historiográfica e o contexto em que se vivia. Para Vainfas, o “divórcio” entre o mundo acadêmico e a “velha história militar” se deu principalmente pelas propostas da Escola dos Annales (1930) e da historiografia marxista do pós Segunda Guerra Mundial. Entre os marxistas, a história militar não foi substancial: os ingleses Eric Hobsbawme e Eduard P. Thompson, em suma, optaram por ressaltar questões políticas em escala global e trabalhar com a questão cultural do cotidiano e das classes operárias.

Nos últimos 50 anos, podemos observar o avanço das pesquisas sobre as Forças Armadas pelo viés das ciências sociais mais do que pela própria história. Sociólogos e cientistas políticos analisaram questões centrais: as ações do exército e seu impacto na sociedade em que estavam inseridas e a identidade social do militar, além da opinião pública sobre as intervenções armadas. Contudo, neste meio destacamos o historiador John Keegan, autor do clássico “Uma história da guerra (1993)” e considerado um dos precursores da nova história militar, por realizar um tipo de “antropologização” dos temas e objetos de pesquisa deste campo.

Além de realizar novas abordagens para temas clássicos, a nova história militar tem se destacado por apresentar novos objetos de estudo através de fontes que até pouco tempo não haviam sido exploradas. No Brasil, os primeiros passos para a construção deste campo foram iniciados pelos trabalhos de Celso Castro (et. al) “Nova História Militar Brasileira” e de Ricardo Salles sobre a Guerra do Paraguai.

Ademais, este trabalho tem por um de seus objetivos apresentar as Escolas de Aprendizes Marinheiros, em especial a de Santa Catarina, como objeto de análise sob a perspectiva da nova história militar. Levando em consideração as transformações políticas e culturais vividas por tais instituições criadas ainda no Império, almejamos salientar esse objeto de estudo como essencial para a compreensão de como se moldou a cidadania naqueles intentos.

2. NAÇÃO E NACIONALISMOS: RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Nos seus 158 anos de funcionamento, a EAMSC presenciou diversas transformações políticas, econômicas, culturais e sociais brasileiras. Fazer da escola um objeto de estudo para compreender tais transformações, visa contribuir para historiografia no sentido de ampliar o entendimento de como se deu a construção da identidade nacional e da cidadania brasileira num período que as ações do governo estavam voltadas à consolidação do novo regime político. Desse modo, tomamos por primordial abordar a base de difusão e prática do nacionalismo, a educação. No entanto, esta abordagem está apoiada na problematização de conceitos ainda em discussão na academia no âmbito nacional e internacional.

Com o objetivo de compreender o contexto de surgimento do nacionalismo mundial e o processo que envolve o nascimento das nações, nos apoiamos essencialmente nos estudos do historiador inglês Eric Hobsbawm (1998), Ernest Gellner (1993) e Montserrat Guibernau (1997).

Hobsbawm localiza nos fins do século XIX o surgimento do nacionalismo moderno no qual podem ser observadas as primeiras manifestações nacionalistas que diferem de formas anteriores de identidade coletiva. Há o sentimento de união entre a população, contudo, inexistindo uma nação concretamente estabelecida. Segundo ele, “Os sentimentos nacionalistas aparecem então como frutos indiretos de outros argumentos ou processos. Por exemplo, dos desejos de paz (devido ao trauma da Guerra), dos desejos de transformação social, e de processos movidos pelos ideais de independência e descolonização” (HOBSBAWM, 1998, p.18)

Em uma das mais recentes obras sobre o tema da questão nacional, organizada por GopalBalakrishnan (2000) observamos a abrangência das problemáticas no estudo da nação. Segundo o autor, não há um consenso entre os pesquisadores sobre a definição do que são a nação e o nacionalismo. Ernest Gellner o descreve em estágios como passos “naturais” desde o mundo agrário – no qual a cultura garantia a hierarquia e a posição social, mas não definia fronteiras políticas – ao mundo industrial, onde ela define as fronteiras dos Estados, contudo é padronizada e discriminatória. Para ele “o nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra”. Porém, a quantidade de culturas não equivaleria a quantidade de nações em potencial,

impedindo a realização do “casamento da nação culturalmente definida com seu próprio Estado, que é o que prevê e deseja a teoria nacionalista”. (GELLNER, 2000, p.136)

Para compreender o Estado nacional, concordamos com Guiberneau ao afirmar que ele busca homogeneizar culturalmente seu povo, através da criação de tradições para a exaltação de valores e símbolos comuns. Segundo a autora,

as principais diferenças entre uma nação e um estado nacional, quando estes não coincidem (como quase sempre acontece), são que, enquanto os membros de uma nação têm consciência de formar uma comunidade, o estado nacional procura criar uma nação e desenvolver um senso de comunidade dela proveniente. (GUIBERNEAU, 1997, p. 56)

Nesse sentido, consideramos que o nacionalismo é um fenômeno que precedeu a própria nação. Entretanto, a compreensão de ambos os fenômenos é indissociável, conforme os estudos de Otto Bauer (2000), do entendimento sobre o conceito de caráter nacional, apontado por ele como o “poder histórico autônomo” no processo de construção das nações.

A nação como comunhão de caráter rege a ação de seus membros, mesmo que eles não estejam conscientes de sua nacionalidade. Com efeito, a nacionalidade do indivíduo é um dos meios pelos quais as forças sócio-históricas regem as decisões individuais. Mas ele só se conscientiza dessa determinação pela nacionalidade quando se reconhece como pertencente a uma nação. Só a consciência nacional faz da nacionalidade uma força motriz do comportamento humano, e sobretudo do comportamento político. (BAUER, 2000, p.67)

Nossa abordagem atenta também para a definição de nacionalismo do historiador Antony D. Smith que descreve o nacionalismo como “um movimento ideológico para atingir e conservar a autonomia, a unidade e a identidade em nome de uma população que alguns dos seus membros consideram constituir uma ‘nação’ real ou potencial” (SMITH, 1997, p.97). Tal definição expõe tanto o momento histórico que o país presenciava quanto delinea características específicas do ideário da Marinha, bem como da metodologia que a EAMSC utilizava com os aprendizes.

Ainda nas palavras de Smith,

a nação é representada como uma grande família, os membros como irmãos e irmãs da pátria, falando a língua de sua mãe. A família da nação ultrapassa e substitui assim a família do indivíduo, suscitando lealdades e ligações igualmente fortes e intensas. (...) a linguagem e o simbolismo da nação afirmam a sua prioridade e, através do estado e da cidadania, exercem as

suas pressões legais, e burocráticas sobre a família, utilizando metáforas de tipo semelhante para se justificarem. (SMITH, 1997, p.103)

No Brasil, destacamos os estudos de Lúcia Lippi Oliveira (1990) que assim como Hobsbawm vê na passagem do século XIX para o XX o nascimento do nacionalismo moderno no país. Percebemos na historiografia nacional o intento de compreender a difusão dos princípios nacionalistas através de vetores sociais, como a educação, que atingem a parcela menos favorecida da população ou os “de baixo”.

3. DO CONTEXTO NACIONAL PARA O LOCAL: A MARINHA, A EAMSC E DESTERRO

Ao contrário do que muitos historiadores navais afirmam, a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil não marca o nascimento de um poder naval brasileiro. De fato, foram transferidas e instaladas novas sedes do governo, o que naturalmente implicou no deslocamento da maioria das instituições, dentre elas as forças armadas de mar e terra. No caso particular da marinha, a mudança de continente não significou a criação de uma marinha do Brasil. Os oficiais continuavam sendo portugueses e impedindo a entrada de brasileiros na instituição, aos quais nutriam desafetos, exceto aos que bem apadrinhados eram admitidos na Academia de Marinha.

Segundo Prado Maia “a Marinha Brasileira nasceu com a Independência (...). Assim, o Grito do Ipiranga representa a certidão de nascimento não só do Brasil, como entidade autônoma no concerto das nações, mas também, da sua marinha de guerra, garantidora incontestável dessa autonomia.” (MAIA, 1975, p.53). Num país com quilômetros de costa e uma disposição topográfica que não oferece linhas terrestres de fácil acesso, o Brasil necessitava de uma marinha forte capaz de promover a intercomunicação e, principalmente, manter a unidade territorial afastando eventuais ataques contra o país. Para esses fins é nomeado Ministro da Marinha o Capitão-de-mar-e-Guerra Luís da Cunha Moreira, futuro Visconde de Cabo Frio, brasileiro nato, considerado o primeiro oficial da Marinha de fato nacional (MAIA, 1975, p.54). Entende-se por Marinha nacional, quando a composição de seus quadros fora realizada por homens nascidos no Brasil.

A partir da nomeação dos primeiros oficiais passou-se a organizar e angariar pessoal para servir na oficialidade ou na marinhagem, a Marinha do Brasil. Os nossos navios foram constituídos de marinheiros propriamente ditos, soldados do Corpo de Artilharia da Marinha e homens submetidos ao recrutamento forçado. Até então, o alistamento voluntário era baixíssimo mesmo que mediante prêmios devido a bárbara disciplina orientada pelo Regimento Provisional de 1796 e pelos Artigos de Guerra de 1800, ainda em vigor na armada nacional. Era possível atrair apenas alguns estrangeiros da mais baixa extirpe e desse modo, uma miscelânea de culturas embarcava nos navios destinados aos conflitos e na maioria deles ninguém tinha conhecimentos básicos de navegação, ou habilidades bélicas necessárias para abater o inimigo. Segundo Silva *apud* Maia (1975, p.227) os estadistas brasileiros chegaram a conclusão de que para suprir a Armada brasileira de sua primeira necessidade, os marinheiros, a solução seria o Estado formar “esta classe de servidores indispensáveis a nação”. Dentre as principais medidas administrativas da instituição no período Regencial foram criadas quatro “Companhias Fixas de Marinheiros” as quais as formas de recrutamento e de instrução do público alvo

começou-se por engajar jovens de 12 a 16 anos, embarcando-os em navios [...] abordo dos quais criaram-se para eles escolas de instrução primária, ao mesmo tempo que faziam a aprendizagem da arte do marinheiro; [...] o maior número de aliciados foi de menores órfãos e desvalidos e rapazes de 14 a 17anos, apreendidos por não terem ofício ou ocupação útil, encaminhados àquele destino pelas autoridades judiciárias e policiais. (SILVA *apud* MAIA, 1965, p.227)

Os marinheiros - distintos da marinhagem, que consistia na contratação de estrangeiros e até mesmo escravos – de tais Companhias foram classificados por categorias que iniciavam com o aprendiz marinheiro até contramestre, sendo o tempo de serviço fixado em 12 anos. O crescimento do numero de companhias fixas do Corpo de Marinheiros se deveu as sucessivas leis das Forças de Mar e por decreto de 26 de março de 1840. A partir desse decreto o Corpo de Companhias Fixas de Marinheiros recebeu a denominação de Corpo de Imperiais Marinheiros, denominação mantida até a Proclamação da República em 1889. No mesmo ano do decreto elevou-se para 10 o número de companhias. Contudo, uma organização definitiva e regulamentadora do Corpo de Imperiais Marinheiros veio somente cinco anos depois com o decreto de 5 de Junho de 1845, o qual

Derroga o Decreto N.º 304 de 2 de Junho de 1843, e manda pôr em execução o Regulamento para o Corpo dos Imperiais Marinheiros. Tendo ouvido a Secção de Marinha e Guerra do Conselho de Estado, sobre o Regulamento do Corpo dos Imperiais Marinheiros, organizado por uma Comissão para este fim nomeada; e Conformando-me como parecer da dita Secção, emitido em Consulta de vinte do mês próximo pretérito; Hei por bem Derrogar o Decreto numero trezentos e quatro de dois de Junho de mil oitocentos quarenta e três, e o Regulamento mandado por ele executar no referido Corpo: e Ordenar que no mesmo se observe o Regulamento, que com este baixa, assinado por Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha, exceto o artigo vigésimo nono, e a segunda parte do sexagésimo sexto, enquanto não forem suas disposições aprovadas pela Assembleia Geral Legislativa. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido, e faça executar.

Para complementar o sistema de educar a partir do Estado os marinheiros destinados ao serviço da Marinha de Guerra foram criadas as Companhias de Aprendizes Marinheiros, na qual certo número de aprendizes entraria na companhia fixa e que mais tarde passaram a formar uma companhia distinta. Tendo os marinheiros provindos da Companhia de Aprendizesse mostrado superior aos vindos do recrutamento, a instituição multiplicou-se e foram instaladas companhias em diversas províncias ao longo da costa brasileira. De agora em diante, as guarnições dos navios seriam compostas de marinheiros militarizados, de marinhagem contratada ou recrutada e da Artilharia de Marinha. À proporção que foi sendo vantajosa a formação de marinheiros nos destacamentos imperiais, a força numérica da marinhagem foi diminuindo até cessar.

A criação das Companhias de Marinheiros não ocorreu só pela falta de qualificação dos homens que ingressavam na Marinha, mas a necessidade de tirar das ruas e orfanatos jovens saudáveis que seriam de grande valia nos trabalhos desenvolvidos pelos marinheiros, especialmente os de mais baixas patentes.

Fazendo parte de um conjunto de Companhias instituídas na Corte e em dezessete províncias durante o período de 1840 a 1875, é no trigésimo sexto ano da Independência e do Império, 1857, que Sua Majestade o Imperador cria a Companhia de Aprendizes Marinheiros na Província de Santa Catarina através do Decreto nº 2.003 de 24 de Outubro de 1857. Posteriormente, na região sul, também foi fundada a Companhia de Aprendizes do Rio Grande do Sul que abriu suas portas em 1861 e no Paraná em 1864.

Para que o Presidente da Província de Santa Catarina, João José Coutinho, tomasse conhecimento do que era e de como deveria funcionar uma escola de aprendizes de

marinheiros, foram-lhe enviadas de forma oficial pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, José Antônio Saraiva, cópia do decreto e dos regulamentos para o comando, administração e organização da Companhia, para que o mais rápido possível providenciasse o cumprimento do decreto.

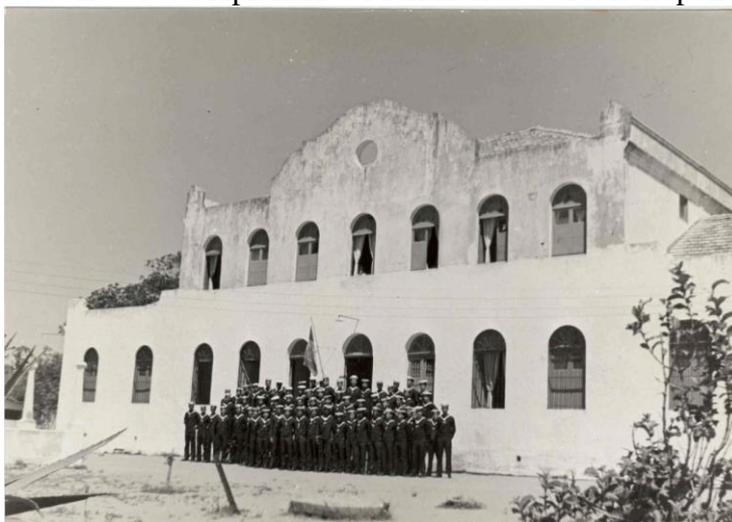
De acordo com o regulamento, anexado ao decreto de criação constava que a Companhia de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina seria separada em duas Divisões, sendo a 1ª Divisão na capital da Província em Desterro e a 2ª Divisão na cidade de Laguna.

Apenas um mês após a data de criação, o Ministro José Antonio Saraiva expediu um aviso ao Presidente da Província, onde constava a nomeação do Primeiro Tenente da Armada, Thomas Pedro de Bitancourt Cutrim. Este foi o primeiro Comandante da Companhia em Florianópolis. (SILVA, 2002, p.46).

O primeiro endereço da Escola na ilha de Santa Catarina foi a Capitania do Porto, localizado na época na Rita Maria e tempos depois para o forte de Sant' Anna. Em seguida foi transferido para abordo do Transporte Tapajós (1861), barca São Francisco (1881), ala do Quartel do Campo do Manejo (1886), prédio da Praia de Fora (1889). Já no continente, teve como endereço o edifício que servia como Hospedaria dos Imigrantes (1907) e atualmente esta fixada no Bairro do Estreito na Avenida Marinheiro Max Schramm nº 2028. (SILVA *apud* SOARES, 2002, p.47).

Com tantas mudanças de endereço, certamente as estruturas físicas precisavam ser (re) construídas a cada nova mudança.

Figura 1 – Fachada da Escola de Aprendizes Marinheiros de Florianópolis, no ano de 1906.



Fonte: (MACHADO, 2002, p. 86)

Sendo a EAMSC uma instituição que visava à alfabetização e instrução profissional de crianças e adolescentes principalmente das classes menos abastadas da sociedade desterrense, era de grande importância que a sua localização e infraestrutura apresentasse as condições e imponência de sua missão. Após várias mudanças de endereço, em 1906 a Escola é transferida para o prédio da imagem acima, antiga Hospedaria de Imigrantes, com o intuito de melhorar as condições de ensino e moradia dos alunos, mas, sobretudo, propiciar a instituição refletir no prédio em que funcionava a grandiosidade do que em seu interior acontecia.

As mudanças de endereço teriam ainda outros motivos. O embelezamento da cidade, por exemplo, foi um dos motivos da transferência da sede da Praia de Fora na área central da capital para a periferia em que o prédio acima se localizava. Ao perder a localização privilegiada, a nova sede da Escola acabou ganhando no aspecto arquitetônico. Para Machado, “apagando assim qualquer ideia que pudesse afugentaro público-alvo, por conta daquelas questões já discutidas sobre possíveis práticas de castigos relacionados à Instituição Militar” (MACHADO, 2007, p.86).

Com sede própria, ficava mais clara à população local a condição em que as crianças viveriam em seus anos de formação, transformando o imaginário que se tinha a cerca da disciplina e rigidez do ensino militar, por exemplo.

E, apesar das condições da antiga Hospedaria não ser um exemplo de qualidade da habitação e ensino para as os menores, houve alterações, principalmente no número de aprendizes que passaram a ingressar na escola, “sendo 48 em 1906, para 61 em 1907 e 73 em 1908” (MACHADO, 2007, p.87).

Em 1906 a estrutura da sede da Escola de Aprendizes Marinheiros é descrita da seguinte forma:

O prédio tinha dois pavimentos: no térreo, havia uma pequena parte subterrânea, que era utilizada como paiol, mais dois salões para as aulas, enfermaria, três alojamentos para subalternos (praças e aprendizes), refeitório para alunos, oito bailéus, cozinha, latrinas e banheiros para oficiais e subalternos; no superior, estava a secretária, sala de visitas, farmácia, quatro quartos para o Estado Maior e dois refeitórios, um para o comandante e outro para os oficiais e instrutores (MACHADO *apud* BOITEUX, 2007, p.88).

As constantes mudanças de endereços, do centro para a periferia, acompanhou o desenvolvimento da própria capital, isto é a urbanização e povoamento nos arredores do

mercado público. A área central era sinônima de organização, modernização, esmero. A instituição que abrigava as crianças que portavam, segundo o governo, posições contrárias a essas não deveriam ocupar o mesmo espaço em vista do processo de urbanização da capital. Portanto, as estruturas em que a Escola se instalava acabaram por refletir acima de tudo a visão que o poder público tinha sobre a sua função: a de limpeza social, sempre no sentido de distanciá-la da região central da capital.

Ainda sobre a problemática da estrutura da EAMSC, diante a leitura de um relatório encaminhado pelo Almirante Coelho Netto e o Contra-Almirante Gonçalves Duarte no ano de 1898, Gisele Machado (2007), nos apresenta fragmentos de tal relatório no qual os respectivos Almirantes asseguram que,

a capacidade daquela instituição no que se refere ao regime escolar, demonstram como “o grão de adiantamento dos alunos (sic) é lisonjeiro; porém, deixando a desejar o prédio, que era pequeno e “bastante arruinado, apesar (sic) de bem localizado”, perto do porto e da cidade, “com área disponível insuficiente para a prática de atividades como esgrima e infantaria” (MACHADO, 2007, p.84).

No total, desde sua fundação até a comemoração de seus 50 anos, a Escola mudou de endereço oito vezes. Ao observarmos esses dados podemos considerar que em nenhum momento foi levado em consideração à importância de construir ou manter um único local para o funcionamento fixo da instituição. Um planejamento estrutural que abrigasse a Companhia e os propósitos aos quais os aprendizes eram instruídos para manter, tanto a qualidade do ensino, quanto a dignidade e salubridade no espaço de convivência. Para exemplificar a falta de estrutura física, a figura abaixo demonstra que os aprendizes dormiam em redes e amontoados em um único cômodo.

Figura 2 – Alojamento dos Aprendizes Marinheiros



Fonte: (MACHADO, 2007, p.92).

Outro prejuízo causado ao aprendizado das práticas de marinharia também se dava pela falta do Navio Escola, citado no decreto de 1885, sendo indispensável para a formação dos alunos:

As Escolas serão estabelecidas em terra, á beira mar, em lugar saudável. Terá, porém, cada uma, impreterivelmente, á sua disposição um navio armado e aparelhado convenientemente para se adestrarem os aprendizes, a bordo, nos diversos exercícios da profissão.

Como já citado anteriormente, tal carência estrutural não era exclusiva de uma ou outra Escola espalhadas nas dezessete Províncias do Brasil. Assim como a falta de um local apropriado para o ensino teórico a prática deste aprendizado em sala de aula, sofria-se com o descaso e com a manutenção dos instrumentos de treinamento da profissão.

Concentrando as atenções para a localidade em que se fundou a Escola aqui abordada, é de extrema importância salientar também a visão que a própria cidade, tinha da infância desamparada e da instituição. Levando em consideração o processo civilizatório nacional que tinha como pano de fundo a formação da identidade brasileira, Desterro viu nesta um mecanismo, que mesmo não tendo sido criado para tal fim, representava uma excelente ferramenta de limpeza social dos menores desvalidos. Segundo Silva (2002, p.89) a Escola chegou a ser considerada pelos desterrenses como “um lugar de castigo, que se destinava a corrigir os vícios dos menores que ali fossem alistados”.

Entretanto, para compreendermos essa visão que a cidade tinha sobre a Escola de Aprendizes faz-se necessário compreender a Desterro de meados de 1850. Neste período, a elite desterrense estava se constituindo, principalmente, através das atividades do Porto da

Província que era responsável pelo escoamento da produção da local e demais cidades do interior para outras Províncias do Império e para o exterior. Segundo Silva *apud* Pedro (2002, p.22) tais atividades se desenvolveram ainda mais no decorrer do século XIX propiciando a formação de um setor de armadores e construtores de navios.

Citando Gonçalves (2000, p.23), Silva afirma ainda que apesar de neste período a maioria das famílias desterrenses permanecerem nas atividades agrícolas, as atividades urbanas ganharam mais destaque e passaram a influenciar o cotidiano da vida das pessoas. O comércio desterrense prosperava com a ida e vinda de mercadorias assim como a venda e o consumo desses bens. Além desse fator, outro aspecto também teria influenciado no rumo que a Província tomava: a administração do carioca João José Coutinho (24/01/1850 até 21/10/1859).

Bacharel formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, Coutinho permaneceu nove anos a frente da Província de Santa Catarina e no decorrer de seu governo, ocorreram muitos fatos marcantes. A fundação das colônias de Blumenau e Joinville, a instalação da Biblioteca Pública, o início das obras do primeiro Mercado Público de Desterro e também a fundação da Companhia de Aprendizes Marinheiros em 1857. Tendo como crença o fundamento jurídico do poder, o Presidente fazia uso de mecanismos para o controle e acesso à propriedade e pelos mesmos meios o também controle das massas trabalhadoras (SILVA *apud* GONÇALVES, 2002, p.23).

Considerando o contexto político da Província de Nossa Senhora do Desterro e do Império para a assistência da infância pobre, atentamos para a convergência de interesses e objetivos nestes dois âmbitos. Seria preciso normatizar a vida destas crianças que viviam nas ruas. Tirá-las deste espaço propício para a criminalidade e transformá-las em futuros homens de bem.

Vagueiam pelas ruas da capital, verdadeiros bandos de crianças, atirados à liberdade de ação, sem que uma mão protetora venha livrá-los de um futuro o pior possível, filho da vadiagem corrupta e da indiferença criminoso! Quantas vezes temos apelado para a segurança de uma vida regular, de futuro, aqui nesta Escola, estabelecida há 50 anos, a qual devia ser aproveitada para os filhos desfavorecidos da fortuna, pelo Estado pobre que pouco tem de arrimo? Para quem apelar? Para a Polícia? Esta não tem competência, ação direta. Para os pais? Estes tem horror a esta instituição tão sabiamente criada, e chegam a ameaçar os filhos como nome da Escola de Aprendizes quando em faltas cometidas! (MACHADO, 2007, p.63)

Sendo assim, a Província de Santa Catarina tinha o dever de recolher das ruas os menores menos favorecidos e encaminhá-los a instituições que propiciassem a sua correção e educação. Porém, nas palavras de Graciane Sebrão (2010) “tal educação estava fortemente ligada ao disciplinamento desenvolvido no cotidiano militar, através de sua rotina, do respeito e submissão à hierarquia, dos seus exercícios físicos, dos castigos e do seu afastamento da família e de tudo o que pudesse corrompê-los” (SEBRÃO, 2010, p.84).

Para além da opinião pública, os relatórios dos Presidentes de Província de Santa Catarina também apresentam com clareza o que se pensava quanto a Escola. Seus superiores do Ministério dos Negócios da Marinha no Rio de Janeiro enviavam com frequência ofícios, circulares e demais documentos questionando o funcionamento da Escola, observando principalmente a baixa lotação da Escola de Desterro. Entre outros, requisitavam maior empenho por parte do poder provincial para o preenchimento destas vagas.

Senhores, – a companhia de aprendizes marinheiros desempenha uma dupla função social e administrativa verdadeiramente transcendente. É ao mesmo tempo uma instituição de caridade e um viveiro excelente para a nossa armada. Quantos meninos não seve em perlustrar as ruas desta cidade – forças perdidas que a ignorância e os vícios podem corromper e aniquilar! Entretanto, que presente e que futuro muito mais prósperos e úteis não lhes podia ser assegurado por essa instituição (SILVA,2002, p.88).

O discurso do presente e futuro prósperos propiciados pela Escola de Aprendizes Marinheiros se encontra também em esferas maiores das instituições armadas brasileiras e vinha sendo reafirmado durante muitos anos. Do olhar nacional, provincial até o âmbito familiar, a infância da criança brasileira apresentou-se como um empreendimento altamente explorável/rentável e dessa ampliação do horizontes e incutiram as instituições que possuíamos mecanismos mais apropriados para desenvolver nos menores tais ambições.

4. A CIDADANIA NA EAMSC

As Escolas de Aprendizes Marinheiros foram instituições criadas no Brasil a partir do ano de 1840 com o objetivo único de suprir a Marinha de mão de obra qualificada. Contudo, a formação desses profissionais alistados ainda na infância passou por um complexo emaranhado de interesses político-sociais que influenciou, através da educação que recebiam, a sua formação enquanto cidadãos brasileiros.

A cidadania foi algo construído e moldado por princípios ditados nos discursos, atividades educacionais ou profissionais e também no cotidiano dos meninos pobres aquartelados na EAMSC de Desterro. A saída dos internos para o Corpo de Oficiais Marinheiros, normalmente aos 17 anos, significava a conclusão de apenas uma etapa do processo, sem dúvida carregado de expectativas quanto ao exercício da profissão. No Corpo da Armada é que estariam os marinheiros-cidadãos precariamente preparados para servir a nação.

Ao dar entrada na instituição, de início aos 10 anos de idade, entendemos ser essencial a discussão acerca da visão que se tinha da infância, e de como o Estado, até o seio familiar, zelavam por ela. Considerado um período de grandes transformações da modernidade, o século XIX foi responsável por discutir e remodelar ideais, doutrinas ou mesmo dogmas consolidados ao longo dos séculos anteriores. Dentre tais discussões, está o papel da criança até então considerada um adulto em miniatura como elemento integrante da família, mas também da sociedade. A criança transcende o mundo privado da casa e a ela é atribuída a esperança de um futuro melhor. Parte daí a missão eugênica tomada pelos mecanismos administrativos do Estado “cuja meta é a regeneração da raça humana” (RIZZINI, 2008, p.24).

Segundo Irene Rizzini (2008, p. 25), é no último quartel do século XIX que veremos repercutir no país o resultado dessas discussões, pois “se os tempos eram de mudança, no Brasil, mais que isso, os tempos eram de criação; sentia-se estar finalmente fundando a nação”. Afirmção essa que remete a acontecimentos passados de difícil solução – escravidão e transformação do regime político – que colocaram o Brasil frente às demais nações como indefinida ou irreconhecível. Contudo, isso não significa que toda a criança brasileira considerada futuro dessa nação em criação sofreria intervenção por parte do poder estatal e, desta forma, é possível observar em ângulos completamente distintos o potencial que tais sujeitos portavam frente à sociedade.

Se bem orientada, educada e objetivamente moldada, a criança viria a se tornar um elemento útil à sociedade, principalmente aquelas assumidas por uma espécie de paternidade do poder público. Sendo assim, a criança é tanto vítima quanto causadora de um problema social pondo-se em cheque a sua inocência antes intocável.

Dessa forma, a educação, um dos pilares do nacionalismo, foi criteriosamente organizada para dar seguimento ao processo de construção da identidade e do cidadão brasileiro. As atividades educacionais da EAMSC, divididas entre estudos elementares e profissionais, sem dúvida sofreram influências da Reforma Educacional (1890) encabeçada pelo primeiro ministro da educação no Brasil, Benjamin Constant. A herança da ideologia burguesa foi assimilada pelos militares republicanos que ordenaram através de Decretos e reformas o cenário para a transmissão dos conceitos de ordem e progresso por meio da padronização linguística – um dos elementos mais importantes para formação da nação e difusão das doutrinas nacionalistas – disciplina e da exaltação do simbolismo vinculado a nação.

Entendendo a cidadania como um conceito histórico e complexo, José Murilo de Carvalho apresenta em seu livro “Cidadania no Brasil”, as etapas de construção de um conceito brasileiro de cidadania a partir das experiências internacionais de luta por liberdade e igualdade de direitos. Segundo o autor

a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico (CARVALHO, 2002, p.9).

A cidadania pode ser plena ou não, conforme a quantidade de direitos assegurados. Ainda segundo Carvalho, a cidadania está diretamente ligada à formação da identidade nacional e entre a relação que o cidadão possui com o Estado-nação na qual “a maneira como se formaram os Estados-nação condiciona a construção da cidadania” (CARVALHO, 2002, p.12). Na medida em que mais pessoas são conhecedoras de seus direitos civis, sociais e políticos mais elas se tornam aptas ao exercício de sua cidadania. Levando em consideração os direitos acima citados, o processo de constituição de uma cidadania no Brasil possui dificuldades históricas que começam antes mesmo de sua Independência, em 1822.

Ademais, ao estudar a disseminação dos valores republicanos em “A formação das almas: o imaginário da República no Brasil” (1990) e “Os Bestializados” (1987), José Murilo de Carvalho propõe que através das tentativas feitas para a criação de alegorias e símbolos que legitimassem o “novo momento” que a política brasileira estava vivendo, o objetivo

principal era conquistar o imaginário do povo acerca do novo regime. Isso nos demonstra que de uma maneira ou de outra, o governo tentou incessantemente influenciar a formação da cidadania brasileira.

Nas primeiras décadas do século XX o governo republicano, por sua vez, também foi influenciado por uma profusão de ideologias liberais anarquistas e positivistas possibilitando que vários conceitos de cidadania passassem a existir na mentalidade da população assim como a inquietação para que ela prosperasse. Segundo o autor, os militares se fizeram presentes no processo de implantação no novo regime, através das “proclamações da República” e também da simbologia criada para o seu culto.

Para o historiador Sidney Chalhoub(1996), a cidadania do povo brasileiro desenvolveu-se de forma restrita, principalmente para os negros e pobres. A cidadania plena era praticada apenas pelos livres tanto de cor quanto de carências. Esses dois fatores figuravam, dentre tantos outros, como os mais presentes no alistamento das crianças nas Escolas de Aprendizes de todo o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura e o trânsito entre as disciplinas da sociologia história e antropologia têm favorecido e ampliado as possibilidades de investigação e de novos debates no campo da história militar. Observamos na atualidade a criação e a atividade de grupos de pesquisa, simpósios e publicações que unem características dessa “nova história” na perspectiva de ampliar os conhecimentos a cerca de temas já debatidos, mas que a partir de novas fontes e suas problematizações tem contribuído para novas aprendizagens.

Consideramos que o contexto histórico em que estava inserida a Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina foi essencial para a compreensão do “tipo” de cidadania que se formou em seus alunos. Influenciados pelas transformações na sociedade promovidas pela ambição política, os aprendizes exercitavam diariamente através de seu processo educacional o civismo, o patriotismo e a disciplina para que a criança desvalida se transformasse em profissional e cidadão consciente de seu dever de servir a pátria. Vítimas de um processo tortuoso, os aprendizes da EAMSC assim como os das demais Escolas do país participaram diretamente do desenvolvimento da nação brasileira, pois

mesmo sem ter conhecimento, sua identidade estava sendo moldada dentro e fora dos muros da instituição.

REFERÊNCIAS

BAUER, Otto. A nação. In: *Um mapa da questão nacional*. BALAKRISHNAN, Gopal (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 45-84.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHALHOULB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GUELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação de classe. In: *Um mapa da questão nacional*. BALAKRISHNAN, Gopal (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.107-154.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MACHADO, Gisele. *Escreveu, não leu, o pau comeu: A Escola de Aprendizizes Marinheiros de Santa Catarina (1889 -1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação), UFSC, Florianópolis 2007.

MAIA, Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstrução histórica*. 2º ed. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL, 1975.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

SEBRÃO, Graciane Daniela. *Presença/Ausência de Africanos e Afrodescendentes nos Processos de Escolarização em Desterro – Santa Catarina 1870-1888*. Dissertação (Mestrado em Educação), Florianópolis, UDESC, 2010.

SILVA, Velor Pereira Carpes da. *A Escola de Aprendizizes Marinheiros e as crianças desvalidas: Desterro 1857-1889*. Dissertação (Mestrado em Educação), Florianópolis, UFSC, 2002.

SOARES, Luís Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: *Novos Domínios da História*. Cardoso, Ciro F.; Vainfas, Ronaldo (orgs.) – Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, p.121 – 140.

SMITH, Antony. *Identidade Nacional*. Portugal: Gadiva, 1997.

Fontes:

Decretos disponíveis em:<http://www2.camara.leg.br>

Decreto nº45 de 26 de março de 1840

Decreto nº411-A, de 5 de junho de 1845.

Decreto nº 9.371 de 14 de fevereiro de 1855.

Decreto nº 2.003 de 24 de outubro de 1857.